

## SAÚDE PÚBLICA

- **Doença renal crônica e pessoa com deficiência – Lei nº 24.654, de 8/1/2024**

**Ementa:** Assegura à pessoa com doença renal crônica que se enquadre no conceito estabelecido na Lei nº 13.465, de 12 de janeiro de 2000, os direitos e benefícios previstos na Constituição do Estado e na legislação estadual para a pessoa com deficiência.

**Origem:** Projeto de Lei nº 1.560/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira.

A norma garante que a pessoa com doença renal crônica que se enquadre no conceito de pessoa com deficiência, definido no art. 1º da Lei nº 13.465, de 12 de janeiro de 2000, fará jus aos direitos e benefícios previstos na Constituição do Estado e na legislação estadual para esse público.

Doença renal crônica é um termo geral para alterações diversas na função dos rins, com múltiplas causas e fatores de risco. Trata-se de uma doença de curso prolongado, insidioso e que, na maior parte do tempo de sua evolução, é assintomática. É dividida em estágios, conforme o grau de função renal do paciente. Em suas fases mais avançadas, em que ocorre a insuficiência renal crônica, os rins não mantêm a normalidade do meio interno do organismo, condição que requer terapia renal substitutiva (hemodiálise ou diálise peritoneal) ou, ainda, transplante renal. Os sintomas das doenças renais crônicas e as complicações decorrentes do tratamento interferem na vida dos pacientes, limitando suas atividades diárias e acarretando sofrimento físico e emocional. Porém, a severidade do impacto dessas doenças sobre a funcionalidade é variada e depende do seu estágio, das condições de saúde associadas e do acesso aos tratamentos.

O texto original do projeto foi aprimorado, durante a tramitação, com sugestões apresentadas no 1º turno pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Na forma aprovada, a pessoa com doença renal crônica que apresente limitações para participação na sociedade e que se enquadre no conceito de pessoa com deficiência faz jus aos direitos e benefícios destinados a esse público.

Espera-se que o novo documento normativo possa contribuir para a qualidade de vida das pessoas com doença renal crônica nas condições previstas na legislação.

GCT/GSA/KAM/Rev/RAF